



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CADERNO DE ENCARGOS  
CLÁUSULAS GERAIS

**A.R.M. – ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA S.A.**

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**“FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA  
EMPREITADA DE RENOVAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA DO PORTO SANTO COM VISTA À REDUÇÃO DE  
PERDAS – PRR P8 – (3ª Fase)”**

(01.0863)

**CADERNO DE ENCARGOS**



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

# CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

## ÍNDICE

CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	1
Cláusula 1.ª Objeto .....	1
Cláusula 2.ª Preço Base .....	2
Cláusula 3.ª Contrato .....	2
Cláusula 4.ª Prazo .....	2
CAPÍTULO II. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	4
Secção I Obrigações do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5.ª Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 6.ª Forma de prestação do serviço .....	5
Cláusula 7.ª Objeto do dever de sigilo .....	9
Cláusula 8.ª Prazo do dever de sigilo .....	9
Secção II Obrigações da ARM, S.A. ....	9
Cláusula 9.ª Preço contratual .....	9
Cláusula 10.ª Condições de pagamento .....	11
CAPÍTULO III. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....	11
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais .....	11
Cláusula 12.ª Força maior .....	12
Cláusula 13.ª Resolução por parte da ARM, S.A. ....	13
Cláusula 14.ª Resolução por parte do prestador de serviços .....	13
CAPÍTULO IV. CAUÇÃO E SEGUROS .....	14
Cláusula 15.ª Execução da caução .....	14
Cláusula 16.ª Seguros .....	14
CAPÍTULO V. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....	15
Cláusula 17.ª Foro competente .....	15
CAPÍTULO VI. OUTRAS DISPOSIÇÕES .....	15
Cláusula 18.ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	15
Cláusula 19.ª Gestor do contrato .....	15
Cláusula 20.ª Comunicações e notificações .....	15
Cláusula 21.ª Horário de Trabalho .....	16
Cláusula 22.ª Contagem dos prazos .....	16
Cláusula 23.ª Legislação aplicável .....	16
Cláusula 24.ª Legislação aplicável   Cumprimento do artigo 419.º - A .....	16
Cláusula 25.ª Proteção de dados .....	17



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 26. <sup>a</sup> Consulta preliminar ao mercado .....	17
CAPÍTULO VII. CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	17
Secção III Trabalhos a conceber .....	17
Cláusula 27. <sup>a</sup> Objeto .....	17
Cláusula 28. <sup>a</sup> Objeto da empreitada .....	18
Cláusula 29. <sup>a</sup> Documentação a elaborar .....	19
Secção IV Constituição e organização .....	19
Cláusula 30. <sup>a</sup> Constituição e organização .....	20
Cláusula 31. <sup>a</sup> Funções dos órgãos da Fiscalização .....	21
Cláusula 32. <sup>a</sup> Apoio das especialidades .....	27
Cláusula 33. <sup>a</sup> Ensaaios .....	27
Cláusula 34. <sup>a</sup> Prazos e condições de apresentação .....	27
Secção V Organização e meios do prestador de serviços .....	28
Cláusula 35. <sup>a</sup> Disposições gerais .....	28
Cláusula 36. <sup>a</sup> Meios de organização .....	28
Cláusula 37. <sup>a</sup> Meios humanos .....	29
Cláusula 38. <sup>a</sup> Meios materiais .....	31
Cláusula 39. <sup>a</sup> Disposições finais .....	32
ANEXO I – PEÇAS DESENHADAS .....	1
ANEXO II - CONFORMIDADE COM O RGPD - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	1



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento denominado “Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Renovação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – PRR P8 – (3ª fase)” e tem por objeto principal a aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de “Renovação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – PRR P8 – (3ª fase) – 2.º Procedimento”, na freguesia de Porto Santo, concelho de Porto Santo, Região Autónoma da Madeira, Portugal, em conformidade com o presente caderno de encargos.
2. A prestação de serviços a ser executada, conforme especificado nas cláusulas técnicas do caderno de encargos, inclui:
  - a) Coordenação e fiscalização da execução da empreitada;
  - b) Controlo do planeamento e do desenvolvimento dos trabalhos;
  - c) Controlo da qualidade dos trabalhos e do desenvolvimento dos trabalhos;
  - d) Controlo administrativo dos trabalhos do âmbito da empreitada;
  - e) Controlo de qualidade do projeto incluindo a análise de todas as peças do mesmo;
  - f) Medição/remedição completa de todos os trabalhos no final da empreitada;
  - g) Controlo de execução do projeto;
  - h) Controlo do programa de trabalhos;
  - i) Controlo ambiental da obra, bem como controlo da implementação do plano de gestão de resíduos;
  - j) Apresentação de propostas de execução alternativas;
  - k) Análise de variantes construtivas e de equipamentos;
  - l) Apreciação dos métodos de execução;
  - m) Controlo de quantidades de trabalho;
  - n) Elaboração e controlo de autos de medição e respetivas revisões de preços;
  - o) Elaboração de relatórios, emissão de pareceres técnicos e avaliação das situações de obra para efeito de pagamento ao empreiteiro;
  - p) Apreciação de reclamações ou pedidos de indemnização de empreiteiros ou outras entidades públicas ou privadas;
  - q) Análise e controlo dos boletins de aprovação de materiais;
  - r) Coordenação de segurança em obra;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- s) Contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;
- t) Prestar apoio no contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;
- u) Análise e verificação das telas finais.

### Cláusula 2.ª Preço Base

O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sendo que no presente procedimento corresponde a **259.000,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

### Cláusula 3.ª Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 4.ª Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo de 780 dias (26 meses)** sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, em conformidade com o disposto no presente caderno de encargos.
2. Na eventualidade de se verificarem antecipações na conclusão da prestação de serviços e o correspondente prazo for encurtado, a ARM, S.A. reserva-se ao direito de interromper e/ou de dar por terminada a prestação de serviços sem qualquer indemnização ao prestador de



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

serviços, quer se tenha esgotado ou não o prazo da prestação de serviços inicialmente contratada. A faturação é então interrompida no último mês em que o prestador de serviços efetivamente prestou serviços de fiscalização e coordenação de segurança sem qualquer indemnização pela sua conclusão antecipada.

3. Não obstante o referido no n.º 1, o prazo global da prestação de serviços poderá sofrer alterações para mais, sem quaisquer custos adicionais para a ARM, S.A. no caso de esta constatar a necessidade de realização de quaisquer trabalhos adicionais/suplementares, necessários para a reparação de deficiências da obra, decorrentes dos trabalhos já executados e acompanhados pelo prestador de serviços, e que não tenham sido identificadas atempadamente por este.
4. A cessação da atividade de fiscalização e coordenação de segurança coincidirá com a realização do auto de receção provisória parcial (por intervenção) e total da empreitada, considerando-se incluídos na prestação de serviços e da responsabilidade do prestador de serviços as seguintes tarefas referentes aos trabalhos por si acompanhados, até à sua efetivação:
  - O acompanhamento dos trabalhos de renovação e execução, incluindo todos os ensaios necessários e correspondentes autos de vistoria;
  - A realização de vistorias e a elaboração dos correspondentes autos de Vistoria com a lista de todos os trabalhos pendentes, atualizada;
  - O acompanhamento e o registo dos ensaios necessários para a receção provisória parcial (por intervenção) e total da obra;
  - A presença e a participação em reuniões com as entidades designadas pela ARM, S.A. e a elaboração das correspondentes atas;
  - A presença, e a participação nos autos de receção provisória parcial;
  - A presença, e a participação no auto de receção provisória total;
  - A elaboração do fecho de contas;
  - A análise e a validação das Telas Finais;
5. **Fica igualmente salvaguardada a obrigatoriedade da presença do prestador de serviços no decurso do prazo de garantia da empreitada sempre que solicitado pelo Dono da Obra, a fim de se pronunciar sobre deficiências da mesma e no processo conducente à receção definitiva.**



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### CAPÍTULO II. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

#### Secção I Obrigações do prestador de serviços

##### Cláusula 5.<sup>a</sup> Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Coordenação e fiscalização da execução da empreitada, criando e assegurando um sistema de informação que garanta a permanente e necessária ligação entre o Empreiteiro, a ARM, S.A. e outras entidades intervenientes;
- b) Controlo e gestão do planeamento e desenvolvimento dos trabalhos, tendente à garantia de cumprimento dos prazos de execução acordados;
- c) Controlo da qualidade dos trabalhos que integram o âmbito da empreitada, através do acompanhamento efetivo e sistemático de todos os trabalhos realizados em obra, bem como dos registos dos sistemas de qualidade implementados;
- d) Controlo administrativo e financeiro da empreitada, tendente ao controlo das medições, faturação e eventuais desvios;
- e) Controlo de qualidade do projeto incluindo a análise de todas as peças do mesmo;
- f) Medição/remedição completa de todos os trabalhos no final da empreitada;
- g) Controlo de execução do projeto;
- h) Controlo do programa de trabalhos;
- i) Controlo ambiental da obra, bem como do controlo da implementação do plano de gestão de resíduos;
- j) Apresentação de propostas de execução alternativas;
- k) Análise de variantes construtivas e de equipamentos;
- l) Apreciação dos métodos de execução;
- m) Controlo de quantidades de trabalho;
- n) Elaboração e controlo de autos de medição e respetivas revisões de preços;
- o) Elaboração de relatórios, emissão de pareceres técnicos e avaliação das situações de obra para efeito de pagamento ao empreiteiro;
- p) Apreciação de reclamações ou pedidos de indemnização de empreiteiros ou outras entidades públicas ou privadas;
- q) Análise e controlo dos Boletins de aprovação de materiais;
- r) Coordenação de segurança em obra;
- s) Contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- t) Prestar apoio no contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;
  - u) Análise e verificação das telas finais.
2. Durante a execução do contrato e independentemente das reuniões agendadas deverá existir um diálogo frequente entre a ARM, S.A. e o prestador de serviços no sentido da otimização e procura de soluções consensuais tirando-se particular partido do envio via e-mail de elementos escritos ou desenhados que em determinado momento estejam em produção e sobre os quais seja necessária uma tomada de decisão urgente.
3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### Cláusula 6.ª Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade semanal, reuniões de coordenação com os representantes da ARM, S.A., das quais deve ser lavrada ata, redigida pelo prestador de serviços, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. A ARM, S.A. afetar um representante, que funcionará como interlocutor e que centralizará todos os contactos relacionados com a execução do contrato de prestação de serviços e através de quem deverá ser canalizada toda a correspondência a ele referente. **Todo e qualquer processo decisório deverá ser efetuado com a concordância da ARM, S.A. ou seu representante.**
4. Todas as deslocações e estadias fruto das reuniões previstas serão a expensas do prestador de serviços estando, portanto, os seus valores incorporados na prestação de serviços.
5. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à ARM, S.A., mensalmente, um relatório com a evolução de todas as atividades objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
6. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
7. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.
8. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a realizar as seguintes atividades:





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### a) **Coordenação e Fiscalização da Execução da Empreitada de Construção:**

a.1. Esta área tem por finalidade manter a necessária troca e fornecimento de informação e a articulação entre as entidades intervenientes (Dono de Obra, Fiscalização, Empreiteiro e Outras Entidades), de modo a permitir, em cada momento, conhecer de forma pormenorizada os trabalhos realizados pelo Empreiteiro, abrangendo nomeadamente:

- i. Preparar e planear, em conjunto com a ARM, S.A., o arranque do desenvolvimento da empreitada e dos trabalhos preliminares e preparatórios, incluindo os procedimentos de consignação e abertura do estaleiro;
- ii. Analisar e informar a ARM, S.A. sobre os planos do estaleiro e outras instalações, verificando se estão de acordo com o estabelecido no contrato e na legislação em vigor;
- iii. Analisar e validar a documentação legal a apresentar pelo Empreiteiro, no período de celebração do contrato e respetiva consignação, nomeadamente, no que se refere aos seguros e organização do estaleiro;
- iv. Apoiar e acompanhar as consignações da obra;
- v. Recolha, tratamento e registo das informações e dados relativos ao desenvolvimento das frentes de trabalho;
- vi. Elaboração mensal de relatórios traduzindo a situação física e financeira dos trabalhos, todas as análises, informações, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da sua atuação;
- vii. Elaboração de relatórios específicos que sejam solicitados pela ARM, S.A., incluindo a elaboração das atas referentes às reuniões de obra;
- viii. Proposta, participação e secretariado de reuniões com os diversos intervenientes na Obra;
- ix. Participação e secretariado de reuniões com o ARM, S.A. e o Empreiteiro, com uma periodicidade semanal, que permitam a análise do desenvolvimento dos trabalhos da Obra, esclarecimento de dúvidas, estudo de alternativas, reavaliação de recursos, etc...
- x. Preparação e acompanhamento de todas as visitas à obra, julgadas convenientes pela ARM, S.A.;
- xi. Preparação de instruções, ordens, avisos ou notificações a enviar ao Empreiteiro pela ARM, S.A.;
- xii. Dar conhecimento à ARM, S.A., nos termos estabelecido e a instruir por este, de toda a correspondência trocada com o Empreiteiro e demais Entidades intervenientes;
- xiii. Criação de um sistema de arquivo de toda a documentação referente à Empreitada, com a entrega no final do contrato da referida documentação



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

em formato físico e digital, sendo esta última devidamente acondicionada num sistema de leitura hardware físico/rígido.

### **b) Controlo do Planeamento e Desenvolvimento dos Trabalhos:**

b.1. O conteúdo desta área deverá garantir o cumprimento dos prazos acordados no programa de trabalhos apresentado pelo Empreiteiro, através de um controlo permanente e dinâmico da progressão dos trabalhos, abrangendo, nomeadamente:

- i. Análise e apreciação da execução dos Planos de Trabalhos, Mão-de-obra e Equipamentos propostos pelo Empreiteiro, devendo apresentar um parecer onde deverá propor à ARM, S.A., de modo fundamentado, as suas aprovações ou rejeições;
- ii. Análise, controlo e registo dos trabalhos realizados;
- iii. Elaboração e atualização de estimativas de prazo para os trabalhos ainda não realizados, tendo em conta as estatísticas verificadas no decurso dos trabalhos já realizados;
- iv. Verificação do desenvolvimento da Obra, identificação e caracterização dos principais desvios verificados, propondo as ações necessárias à sua correção parcial ou total, e/ou à sua eliminação futura;
- v. Elaboração de pareceres.

### **c) Controlo da Qualidade:**

- c.1. Esta área tem por finalidade o acompanhamento efetivo e sistemático de todos os trabalhos da empreitada, de modo a assegurar que sejam executados de acordo com o projeto, as especificações do respetivo Caderno de Encargos e outras condições contratuais e de acordo com as regras da boa execução.
- c.2. Deverá ser efetuado o acompanhamento e verificação da aplicação do Plano de Qualidade da Empreitada, onde se inclui o Plano de Inspeções e Ensaios.
- c.3. O controlo será efetuado relativamente aos meios utilizados (mão de obra, materiais e equipamentos), aos métodos de construção utilizados e à qualidade dos materiais e processos de execução.
- c.4. Sempre que considerado necessário, deverão ser apresentadas recomendações com a finalidade de melhorar os métodos de execução dos trabalhos.
- c.5. O controlo de qualidade deverá assegurar todo o acompanhamento, controlo e registo de informação relacionado, nomeadamente, com:
  - i. A qualidade dos materiais, dos equipamentos e dos trabalhos executados que devem cumprir as especificações constantes no Projeto de Execução e no Caderno de Encargos da Empreitada;
  - ii. O cumprimento do Projeto de Execução aprovado da Empreitada;
  - iii. Os recursos utilizados e as quantidades de trabalho produzidas na Obra;
  - iv. Os processos de construção propostos e utilizados;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- v. Competirá ainda ao prestador de serviços as seguintes funções:
  - a. Dar parecer sobre os trabalhos realizados pelo Empreiteiro;
  - b. Fiscalizar a operação executada pelo Empreiteiro e, nomeadamente, verificar a qualidade dos equipamentos utilizados;
  - c. Verificar e controlar a implantação das partes integrantes da Obra e a sua geometria;
  - d. Verificar o cumprimento do Plano de Inspeções e Ensaios da Empreitada.
  - e. Acompanhar a montagem dos equipamentos e instalações elétricas, verificando se as respetivas especificações técnicas respeitam as condições do Caderno de Encargos da Empreitada e Normas em vigor e verificar o cumprimento da realização dos ensaios e testes necessários;
  - f. Participar nos processos conducentes à receção provisória da Empreitada, incluindo a verificação da documentação final da Obra, nos termos estabelecidos no Caderno de Encargos e no Contrato de Empreitada.
  - g. Verificar e acompanhar a elaboração da Compilação Técnica da Obra e a sua implementação durante a realização dos trabalhos, tendo em atenção que na presente empreitada será do Empreiteiro a responsabilidade pela sua elaboração;
  - h. Verificar e acompanhar a elaboração as telas finais da empreitada, tendo em atenção que na presente empreitada será do Empreiteiro a responsabilidade pela sua elaboração.

### **d) Controlo da Qualidade:**

*d.1.* Esta área tem por finalidade o controlo das medições, faturação e desvios, abrangendo, nomeadamente:

- i. Análise e apreciação da execução do Plano de Pagamentos proposto pelo Empreiteiro, devendo emitir um parecer onde irá propor à ARM, S.A., de modo fundamentado, as suas aprovações ou rejeições;
- ii. Controlo geométrico das diferentes fases da Obra para efeitos de controlo de medições;
- iii. Medição das quantidades de trabalho efetuadas mensalmente e elaboração dos respetivos autos de medição e de revisão de preços, nos termos e formatos a indicar pela ARM, S.A.;
- iv. Informação sobre as reclamações eventualmente apresentadas pelo Empreiteiro relativamente aos autos de medição;
- v. Verificação das faturas apresentadas pelo Empreiteiro e elaboração de pareceres para a sua aprovação ou rejeição;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- vi. Elaboração da conta corrente da Obra, nos termos e formatos a indicar pela ARM, S.A.;
- vii. Medição e controlo dos trabalhos realizados a mais ou a menos e verificação dos valores orçamentados, a serem aprovados pelo Dono da Obra e elaborando as consequentes repercussões no custo final;
- viii. Apreciação de novos preços propostos pelo Empreiteiro, para trabalhos não previstos e elaboração de pareceres para aprovação, pela ARM, S.A.;
- ix. Agir sempre com o objetivo de fazer cumprir o licenciamento de todas as atividades da empreitada que assim o exija a legislação vigente.

### Cláusula 7.ª Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à ARM, S.A., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### Cláusula 8.ª Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 20 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## Secção II Obrigações da ARM, S.A.

### Cláusula 9.ª Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a “ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.” deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder os **259.000,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ARM, S.A., incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço que se refere o n.º 1 salvaguarda a obrigatoriedade de o prestador de serviços elaborar o fecho de contas (conta final da empreitada), entregar as telas finais devidamente visadas e participar na receção da obra. Inclui igualmente a obrigatoriedade da presença do prestador de serviços no decurso do prazo de garantia da empreitada sempre que solicitado pelo Dono de Obra, a fim de se pronunciar sobre deficiências da mesma e no processo conducente à receção definitiva.
4. Na organização da sua proposta o prestador de serviços deverá ter em conta os seguintes pressupostos:
  - a) Todos os encargos diretos ou indiretos com os técnicos deslocados no local, como sejam impostos, férias, subsídios, seguros, telefones, telefax, ajudas de custo, despesas de administração, gastos gerais, cópias, mobiliário e equipamentos de escritório, equipamentos informáticos, equipamentos de transporte e de telecomunicações (fixos e móveis), serão da responsabilidade do prestador de serviços bem como todos os encargos nos escritórios centrais e referentes à presente prestação de serviços;
  - b) O horário de trabalho em obra será de 40 horas semanais em regime normal;
  - c) No caso de o Empreiteiro vir a praticar outro horário ou passar a trabalhar em regime de turnos ou de trabalho extraordinário, haverá lugar a remuneração suplementar do pessoal da equipa de fiscalização e coordenação de segurança, calculada por adaptação das taxas apresentadas com a proposta, em função da legislação em vigor.
5. Quer o preço global proposto quer o das taxas mensais são revisíveis de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/M, de 14 de julho e restante legislação complementar na sua atual redação, designadamente através da seguinte fórmula:

$$C_t = C_o \times \left[ 0,70 \times \left( \frac{S_t}{S_o} \right) + 0,20 \times \left( \frac{G_t}{G_o} \right) + 0,10 \right]$$

em que:

- $C_t$  - Preço global ou Taxa Mensal relativos ao mês a que respeita a revisão.
- $C_o$  - Preço global ou Taxa Mensal relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas.
- $S_t$  - Índice ponderado dos custos de mão-de-obra (para a construção) na R.A.M., relativo ao mês t.
- $S_o$  - Índice ponderado dos custos de mão-de-obra na R.A.M., relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- $G_t$  - Índice ponderado dos custos de Gasóleo na R.A.M., relativo ao mês a que respeita a revisão.
- $G_o$  - Índice ponderado dos custos de Gasóleo na R.A.M., relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas.

### Cláusula 10.<sup>a</sup> Condições de pagamento

1. Ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 299.º do CCP o prazo de pagamento é de **60 dias** após a apresentação da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a **entrega e aprovação** pela ARM, S.A. dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da ARM, S.A., quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. O prestador de serviços não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita, por qualquer meio registado, da ARM, S.A.
5. Em caso de violação do disposto no número anterior, incluindo a realização de uma cessão de créditos com a expressa oposição da ARM, S.A., o prestador de serviços será responsável por todos os custos acrescidos que o cumprimento da obrigação perante o cessionário acarretar para a ARM, S.A.

## CAPÍTULO III. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

### Cláusula 11.<sup>a</sup> Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a ARM, S.A. pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega do contrato no valor de 2‰ sobre o montante de trabalho a realizar, por cada dia de atraso.
2. Serão instituídas penalizações por falhas que o representante da ARM, S.A. considere como graves, podendo a penalização atingir os 20 % da faturação mensal do prestador de serviços da fiscalização, por falha. Entende-se como falhas graves o incumprimento das obrigações contratualmente estipuladas e todo o tipo de aprovação de execução de trabalhos, metodologias e/ou materiais que não estejam em conformidade com o projeto de execução



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

aprovado pela ARM, S.A. e que comprometam a segurança, a boa execução ou o bom funcionamento da obra.

3. A não comparência ao serviço dos técnicos do prestador de serviços, seja qual for a sua categoria, ou em reuniões agendadas pela ARM, S.A., será passível de aplicação de uma multa por cada dia de ausência injustificada, de valor correspondente ao valor diário do custo da equipa de fiscalização. Por cada reincidência do mesmo técnico na falta referida, será duplicada a multa aplicável, até ao limite máximo de 3 (três) reincidências, a partir da qual o técnico em falta deverá ser excluído da equipa de Fiscalização;
4. Se o prestador de serviços proceder à substituição de qualquer técnico da equipa de fiscalização sem o prévio consentimento da ARM, S.A. e, a juízo deste, o perfil do técnico substituto não corresponda ao exigido para a função, fica sujeito à aplicação de uma multa diária, por cada dia, até à apresentação de um pedido devidamente instruído de substituição daquele técnico, até 1,0‰ (um por mil) do preço do contrato.
5. A ARM, S.A. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ARM, S.A. exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 13.ª Resolução por parte da ARM, S.A.**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a ARM, S.A. pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes do contrato superior a **15 (quinze) dias úteis** após envio de notificação escrita por parte da ARM, S.A., ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

### **Cláusula 14.ª Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses;
  - b) O montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à ARM, S.A., que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### CAPÍTULO IV. CAUÇÃO E SEGUROS

#### Cláusula 15.ª Execução da caução

1. A caução prestada para exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela ARM, S.A., sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela ARM, S.A. não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 dias após a notificação da ARM, S.A. para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 16.ª Seguros

1. O prestador de serviços obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços de fiscalização e coordenação de segurança da obra, em conformidade com o disposto nos números seguintes.
2. As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, constando delas uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão dos trabalhos e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso do prazo, a sua validade só terminará trinta dias após comunicado à ARM, S.A. e esta tenha renunciado.
3. As condições estabelecidas na cláusula anterior abrangem igualmente o pessoal dos subprestadores de serviços, tarefeiros que trabalhem nos serviços de fiscalização e coordenação de segurança da obra, bem como os eventuais consultores que venham a agregar, mesmo que em tempo restrito, respondendo o prestador de serviços, perante a ARM, S.A., pela sua observância.
4. O prestador de serviços obriga-se ainda a segurar os meios de transporte, que sejam empregues na fiscalização e coordenação de segurança da obra, bem como todo o pessoal neles transportados na qualidade de passageiros, com o valor ilimitado de responsabilidade civil.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este caderno de encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do prestador de serviços.
6. Todas as regras de segurança a seguir ao longo da prestação de serviços estarão de acordo com legislação portuguesa em vigor à data do concurso.
7. A ARM, S.A. pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo **15 (quinze) dias**.

### CAPÍTULO V. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

#### Cláusula 17.<sup>a</sup> Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca da Madeira com expressa renúncia a qualquer outro.

### CAPÍTULO VI. OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 18.<sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup> Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela ARM, S.A.
2. As competências do Gestor do Contrato são as definidas no contrato (quando aplicável), bem como as definidas no CCP e no artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup> Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 21.ª Horário de Trabalho**

1. O horário de trabalho em obra será de 40 horas semanais em regime normal (8 horas diárias de 2.ª feira a 6.ª feira). Contudo, o prestador de serviços obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário em período normal praticado pelo Empreiteiro. Neste horário, deverá ser sempre garantida a permanência em obra dos técnicos da equipa de fiscalização das diversas especialidades, de acordo com o cronograma de mobilização da proposta do Empreiteiro ou outros que venham a ser aprovados pela ARM, S.A..
2. Os técnicos da equipa de fiscalização deverão assegurar o acompanhamento de todos os trabalhos da obra, de acordo com os horários e tempos definidos na alínea anterior, de forma a garantir a presença de um número adequado de fiscais em obra (de, pelo menos, um fiscal em obra), tendo em conta a fase de desenvolvimento da obra (tipo de trabalhos em execução e número de frentes simultâneas);

### **Cláusula 22.ª Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 23.ª Legislação aplicável**

1. O prestador de serviços obriga-se, igualmente, a respeitar em tudo o que seja aplicável à prestação de serviços a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes, ou de entidades detentoras de patentes.
2. São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
3. Caso a ARM, S.A. venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Cláusula 24.ª Legislação aplicável | Cumprimento do artigo 419.º - A**

Nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código dos Contratos Públicos, o prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419.º - A do referido diploma legal.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### Cláusula 25.ª Proteção de dados

O prestador de serviços obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido no Anexo «Conformidade com o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados» a este procedimento concursal e que dele faz parte integrante.

### Cláusula 26.ª Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter o preço base.
2. O preço base fixado no presente caderno de encargos, foi alcançado através das informações obtidas na consulta prevista no número anterior, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

## CAPÍTULO VII. CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Secção III Trabalhos a conceber

### Cláusula 27.ª Objeto

1. É objetivo geral da presente prestação de serviços, consiste na fiscalização e coordenação de segurança da empreitada denominada “*Renovação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – PRR P8 – (3ª fase) – 2.º Procedimento*”, com especial incidência nos seguintes itens:
  - a) Coordenação e fiscalização da execução da empreitada;
  - b) Controlo do planeamento e do desenvolvimento dos trabalhos;
  - c) Controlo da qualidade dos trabalhos e do desenvolvimento dos trabalhos;
  - d) Controlo administrativo dos trabalhos do âmbito da empreitada;
  - e) Controlo de qualidade do projeto incluindo a análise de todas as peças do mesmo;
  - f) Medição/remedição completa de todos os trabalhos no final da empreitada;
  - g) Controlo de execução do projeto;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- h) Controlo do programa de trabalhos;
  - i) Controlo ambiental da obra, bem como controlo da implementação do plano de gestão de resíduos;
  - j) Apresentação de propostas de execução alternativas;
  - k) Análise de variantes construtivas e de equipamentos;
  - l) Apreciação dos métodos de execução;
  - m) Controlo de quantidades de trabalho;
  - n) Elaboração e controlo de autos de medição e respetivas revisões de preços;
  - o) Elaboração de relatórios, emissão de pareceres técnicos e avaliação das situações de obra para efeito de pagamento ao empreiteiro;
  - p) Apreciação de reclamações ou pedidos de indemnização de empreiteiros ou outras entidades públicas ou privadas;
  - q) Análise e controlo dos Boletins de aprovação de materiais;
  - r) Coordenação de segurança em obra;
  - s) Contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;
  - t) Prestar apoio no contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;
  - u) Análise e verificação das telas finais.
2. A ARM, S.A. afetará à empreitada objeto da prestação de serviço um representante, que funcionará como interlocutor e que centralizará todos os contactos relacionados com a execução do contrato de prestação de serviços e através de quem deverá ser canalizada toda a correspondência a ele referente. Todo e qualquer processo decisório deverá ser efetuado com a concordância da ARM, S.A. ou seu representante.
3. A empreitada que constitui o objeto da presente fiscalização e coordenação de segurança tem por base o **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”), na sua atual redação**, estando a respetiva documentação e projetos disponíveis para consulta, por parte do prestador de serviços, na sede da ARM, S.A..
4. Para efeitos da consulta dos documentos referidos no ponto anterior, deverá o prestador de serviços solicitar a consulta e a data em que tal poderá ocorrer.

### **Cláusula 28.ª Objeto da empreitada**

1. Os trabalhos inseridos na empreitada denominada “Renovação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – PRR P8 – (3ª fase) – 2.º Procedimento” localizam-se na freguesia de Porto Santo, no concelho de Porto Santo, Região Autónoma da Madeira, Portugal.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

2. A empreitada de “**Renovação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – PRR P8 – (3ª fase) – 2.º Procedimento**” tem como objetivo a realização de um conjunto de obras de remodelação das redes de abastecimento de água do município do Porto Santo em mau estado, com vista à redução de perdas.

Trata-se da remodelação de um conjunto de condutas adutoras, que apresentam elevado estado de degradação e problemas de rotura prematura, e da renovação de equipamentos e demais acessórios de dois sistemas elevatórios que estão já obsoletos devido à sua antiguidade, pretendendo-se a modernização e otimização dos mesmos, conferindo-lhes maior eficiência e fiabilidade.

Foi ainda prevista a substituição de parte das condutas da rede de distribuição de água, que apresentam também mau estado de conservação e problemas de rotura. Trata-se da substituição da tubagem por outra de diâmetro equivalente, ou superior, mantendo-se o atual traçado das condutas e não implicando alterações significativas ao funcionamento hidráulico da rede.

3. O preço contratual da empreitada é precisamente **10.865.000,00 € (dez milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil euros)**.

### Cláusula 29.ª Documentação a elaborar

1. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da data de contratação/adjudicação, o prestador de serviços deve entregar à ARM, S.A. um documento que identifique, com base na legislação em vigor, documentos de homologação, etc., as metodologias adequadas no controlo de qualidade de execução dos diversos trabalhos que integrem o objeto da empreitada (Manual de Procedimentos), nomeadamente:
- Movimentação de terras - aterros e escavações;
  - Remodelação/substituição das condutas de abastecimento de água;
  - Execução de novos troços de rede pública de abastecimento de água;
  - Execução de soldaduras em obra;
  - Instalação de acessórios, transporte de tubagens e equipamentos associados à execução de redes públicas;
  - Montagem de equipamentos eletromecânicos;
  - Ensaios;
  - Etc.
2. Neste documento deve o prestador de serviços apresentar as fichas ou modelos que irá preencher na receção dos materiais da obra.

## Secção IV Constituição e organização



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### Cláusula 30.ª Constituição e organização

1. A constituição e organização das equipas de fiscalização e coordenação de segurança será indicada pelo prestador de serviços na sua proposta, nomeadamente quanto aos diferentes elementos que a constituem evidenciando o seu Inter-relacionamento e descrição das tarefas básicas a desenvolver.
2. A equipa de fiscalização e coordenação de segurança deverá integrar técnicos com especialização adequada para as tarefas que terão de desenvolver. Destacam-se pela sua importância as seguintes ações específicas:
  - a) Controle administrativo e financeiro das obras, incluindo a elaboração de relatórios mensais com informação desagregada a vários níveis (relatórios globais, relatórios financeiros, relatórios de execução física e outros), contendo todas as análises, informações, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da sua atuação;
  - b) Assegurar as interfaces técnicas e operacionais, designadamente com todos os Projetistas, quer sejam autores do projeto base, quer sejam autores de projetos variantes, analisando e revendo todos os projetos relativos às obras a executar e dando apoio a um plano de observação das estruturas, a estabelecer (monitorização);
  - c) Assegurar o controlo mensal de execução da obra e respetivos autos de medição, de acordo com os modelos a fornecer pela ARM, S.A. após adjudicação;
  - d) Análise das peças de projeto, incluindo a remedição completa do mesmo;
  - e) Garantir a manutenção de registo de peças de projeto, em modelo a fornecer pela ARM, S.A. após a adjudicação, incluindo todas as alterações e reemissões eventualmente realizadas;
  - f) Garantir a manutenção de registo de correspondência entre as diversas entidades envolvidas na execução da obra;
  - g) Assegurar a permanente disponibilidade da informação atualizada necessária à ARM, S.A. no seu relacionamento com todas as entidades intervenientes;
  - h) Elaborar atas de reunião;
  - i) Assegurar a implementação da componente elétrica em conformidade com o estipulado pela ARM, S.A. e o caderno de encargos da empreitada;
  - j) Coordenar, controlar e impulsionar a implementação do plano de segurança e saúde da empreitada nos termos da legislação em vigor;
  - k) Controlar e impulsionar a implementação do plano de gestão de resíduos da empreitada nos termos da legislação em vigor;
  - l) Análise e validação das telas finais da empreitada.
3. A equipa deverá ser constituída pelos seguintes órgãos:
  - a) Direção de Fiscalização;
  - b) Sector de Controlo, Apoio Técnico e Informático;
  - c) Sector Administrativo, Medições, Fiscalização e Segurança.





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

### Cláusula 31.ª Funções dos órgãos da Fiscalização

1. O **Diretor de Fiscalização**, em conformidade com o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua atual redação, será investido dos poderes necessários para execução das tarefas designadas, em especial:

- a) Assegurar o controlo de qualidade dos projetos de pormenores de execução a elaborar pelo empreiteiro;
- b) Analisar os projetos de execução previamente à entrada em obra, procedendo, em conjunto com o sector administrativo a uma remedição completa de projeto, apresentando medições parciais e desenhos justificativos das medições;
- c) Assegurar o controlo de qualidade dos projetos, informando a ARM, S.A. de todo e qualquer elemento em falta e/ou inconsistente a nível de projeto;
- d) Analisar e informar sobre os planos do estaleiro e outras instalações, verificando se estão de acordo com o estabelecido no contrato e na legislação em vigor;
- e) Promover e participar em reuniões com o empreiteiro sobre o andamento dos trabalhos. É obrigatória a presença do Diretor de Fiscalização em todas as reuniões com o prestador de serviços, salvo autorização expressa do representante do Dono da Obra para a sua dispensa;
- f) Visar os autos de medição e as faturas apresentadas pelo empreiteiro, remetendo à ARM, S.A., para aprovação final e devido encaminhamento;
- g) Elaborar relatórios mensais sobre o andamento dos trabalhos devendo incluir fotografias em número suficiente mostrando o avanço das obras e facultando o suporte digital se para tal for solicitado;
- h) Elaborar mensalmente, ou sempre que solicitado pela ARM, S.A. ou seus representantes, uma análise crítica da obra ou obras em curso;
- i) Assegurar as interfaces técnicas e operacionais, designadamente com todos os Projetistas, quer sejam autores do Projeto Base, quer sejam autores de Projetos Variantes, analisando e revendo todos os projetos relativos às obras a executar e dando apoio a um plano de observação das estruturas, a estabelecer (monitorização);
- j) Previamente à aquisição ou encomenda de materiais ou equipamentos o diretor de fiscalização deverá analisar e realizar um parecer submetendo à aprovação da ARM, S.A. todos os materiais e equipamentos previstos na empreitada, através de fichas técnicas individualizadas designadas de Boletins de Aprovação de Materiais (BAM);
- k) Com o apoio do representante da ARM, S.A., analisar e efetuar parecer sobre as telas finais da empreitada.

2. Ao **Controlo, apoio técnico e informático**, caberá:

- a) Desenvolver as seguintes tarefas, necessariamente interligadas:
  - a.1. Providenciar o arquivo de todos os desenhos, em papel e em formato digital *DXF e/ou DWG* (caso estejam disponíveis) com legendas de acordo com o modelo a fornecer pela ARM, S.A., das alterações e aditamentos introduzidos





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

ao projeto durante a execução da obra, e promover a sua salvaguarda até arquivo final, devendo preparar, logo que concluídos os trabalhos, um processo das telas finais da obra que remeterá, em papel e em formato *DXF e/ou DWG*, ao Dono da Obra;

- a.2. Descrição pormenorizada de todos os trabalhos realizados pelo empreiteiro;
  - a.3. Análise, controlo e previsão de tempos e prazos necessários, comparando as estimativas baseadas no realizado, com os planos de trabalho aprovados;
  - a.4. Comparação das características da obra já realizada, materiais, processos, equipamentos e soluções adotadas pelo empreiteiro, com as cláusulas, condições e características estabelecidas pelo projeto, pelo título contratual e pelas restantes disposições em vigor;
- b) Contribuir para manter a necessária troca e fornecimento de informação, entre as entidades intervenientes e representante da ARM, S.A. Para este efeito deverá:
- b.1. Analisar e propor à aprovação superior a realização de eventuais trabalhos a mais que se entendam serem necessários;
  - b.2. Elaboração de mapas de trabalhos a mais tendo em vista a celebração de contratos adicionais com o empreiteiro;
  - b.3. Participar e secretariar reuniões que permitam a análise do andamento dos trabalhos e das ações desenvolvidas;
  - b.4. Propor, participar e secretariar reuniões com o empreiteiro, com o autor do projeto ou com outras entidades, direta ou indiretamente ligadas à obra, a fim de analisar os trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações ou identificar e encaminhar problemas a resolver;
  - b.5. Preparar, acompanhar ou conduzir todas as visitas à obra julgadas conveniente pelo representante da ARM, S.A.;
  - b.6. Elaboração da conta final da(s) empreitada(s) no prazo legal estabelecido para o efeito;
- c) Analisar o desenvolvimento das ações realizadas pelo empreiteiro, através de:
- c.1. Acompanhamento, análise e quantificação de todos os avanços ocorridos na realização da obra;
  - c.2. Analisar e informar, em termos conclusivos, os planos de trabalho propostos pelo empreiteiro, relativos aos trabalhos contratuais e a eventuais trabalhos adicionais e estudar as correções que haja necessidade de introduzir;
  - c.3. Atualização das estimativas das matrizes de consumos unitários, a fim de estarem disponíveis sempre que houver necessidade de as utilizar, designadamente para verificar a orçamentação de trabalhos não previstos, mas essenciais à realização da obra;
  - c.4. Fornecimento de todos estes elementos (dados de avanço e estatística de consumo);
- d) Controlar a calendarização da obra, através de:
- d.1. Identificação e caracterização dos principais desvios verificados, propondo,



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

fundamentalmente, as ações necessárias à sua compensação - parcial ou total - ou à sua eliminação futura;

- d.2. Implementação das medidas aprovadas pelo Dono da Obra, com o fim de recuperar eventuais atrasos, de forma a dar cumprimento às datas estabelecidas;
- d.3. Atualização das estimativas de tempos para os trabalhos ainda não realizados, tendo em conta as estatísticas efetivamente verificadas no decurso dos trabalhos realizados;
- d.4. Atualização periódica dos planos de pagamentos previsionais da empreitada de construção, tendo em conta as análises anteriores e as regras de revisão de preços em vigor;

### 3. O Sector administrativo, medições, fiscalização e segurança destina-se a:

- a) O **sector administrativo** assegurará o apoio administrativo de todos os órgãos que integram a fiscalização e coordenação de segurança, encarregando-se também do património em instalações, equipamentos e transportes.
- b) As **medições** deverão acompanhar e controlar a administração da obra, designadamente:
  - b.1. Deverá proceder a uma remedição integral do projeto;
  - b.2. Proceder, em conjunto com o empreiteiro, às medições dos trabalhos executados mensalmente e necessários à elaboração dos autos de medição e informar sobre reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro;
  - b.3. Em conjunto com o empreiteiro, medir e controlar os trabalhos realizados a mais e a menos e proceder à estimativa dos seus valores orçamentais, utilizando as matrizes de consumos unitários;
  - b.4. Determinar, com base nas alíneas acima e nas fórmulas de revisão de preços, os pagamentos devidos ao empreiteiro;
  - b.5. Elaborar a conta corrente da obra, segundo as normas legais em vigor;
  - b.6. Controlar e verificar todas as faturas emitidas pelo empreiteiro, devendo propor ao representante da ARM, S.A. a sua satisfação ou a sua rejeição;
  - b.7. Apreciar as reclamações do empreiteiro ou fornecedor e negociar conjuntamente com o Dono da Obra, novos preços para eventuais trabalhos não previstos;
  - b.8. Elaborar previsões sobre a evolução mais provável no que respeita a pagamentos a efetuar ao empreiteiro e consequentes "cash-flows";
  - b.9. Participar nos processos conducentes à receção provisória e definitiva da obra, nomeadamente nas vistorias técnicas e elaborando a conta final da empreitada;
  - b.10. Elaborar os planos de pagamentos previsionais e, tendo como referência as dotações orçamentais disponibilizadas para a obra, informar sobre eventuais saldos a apurar ou reforços de dotação a promover;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- c) **À fiscalização** propriamente dita, competirá controlar a qualidade dos trabalhos em curso e contribuir para o seu elevado nível, através de:
- c.1. Elaborar as recomendações julgadas convenientes com o fim de melhorar a qualidade de execução;
  - c.2. Propor eventuais alterações ao projeto, garantindo a boa execução dos trabalhos;
  - c.3. Apreciar e informar sobre os planos de mobilização do empreiteiro, no que concerne à mão-de-obra, equipamento e materiais;
  - c.4. Apreciar e dar parecer sobre os métodos construtivos, planos de betonagem, cofragens, obras auxiliares, métodos e planos de montagem de equipamentos propostos pelo empreiteiro, etc.;
  - c.5. Informar a ARM, S.A. ou seu representante da conformidade ou não de todos os trabalhos, em especial da preparação das betonagens 24 horas antes da execução;
  - c.6. Analisar a qualidade dos materiais de construção utilizados (inertes, aços, solos, betões, etc.), com base nos resultados de ensaios de controlo de qualidade realizados pelo empreiteiro ou por laboratórios especializados e se as qualidades dos mesmos satisfazem as especificações técnicas do projeto;
  - c.7. Fazer cumprir o plano de segurança e de saúde, impulsionando e controlando a sua implementação;
  - c.8. Proceder à análise das peças de projeto, de todas as especialidades, a entregar pelo prestador de serviços, propondo alterações para aprovação do dono de obra, de acordo com as diretivas deste;
  - c.9. Fiscalizar todas as operações executadas pelo empreiteiro, onde se destacam as seguintes:
    - i. Coordenar a execução dos trabalhos relativamente a eventuais implicações com outras infraestruturas em funcionamento nas proximidades da obra;
    - ii. Acompanhamento dos trabalhos nas várias frentes de atividade da obra;
    - iii. Inspeccionar e acompanhar os trabalhos em estaleiro, tendo em vista a qualidade dos materiais e a qualidade da execução e a verificação dos processos construtivos;
    - iv. Análise da qualidade dos materiais e dos relatórios laboratoriais respeitantes à comprovação da mesma;
    - v. Inspeccionar e acompanhar os despejos nos locais utilizados pelo empreiteiro em termos de vazadouros provisórios e definitivos autorizados;
    - vi. Fiscalização dos processos construtivos utilizados pelo empreiteiro nas várias frentes de trabalho;
  - c.10. Inspeccionar o estaleiro da obra montado pelo empreiteiro e verificar o equipamento quanto à sua operacionalidade e segurança e o quadro de pessoal posto na obra, de acordo com o que for proposto pelo empreiteiro no



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

plano de trabalhos e no plano de segurança e saúde;

- c.11. Emitir parecer quanto à aceitação ou solicitação de retirada e substituição do pessoal técnico de chefias do empreiteiro;
- c.12. Apreciar e informar, com antecedência, sobre a qualificação e o nível de comportamento profissional dos meios humanos intervenientes do empreiteiro, pelas diversas valências profissionais;
- c.13. Analisar as qualificações dos fornecedores de equipamentos e serviços;
- c.14. Verificar a implantação das partes integrantes da obra e sua geometria ao longo da realização da obra;
- c.15. Verificar as áreas efetivamente ocupadas pela obra, quer durante a fase construtiva quer em termos definitivos;
- c.16. Verificação e emissão de pareceres sobre eventuais danos provocados pela execução da empreitada em construções vizinhas e infraestruturas existentes e cuja responsabilidade poderá ou não ser do empreiteiro;
- c.17. Controle das condições de segurança dos trabalhadores, garantindo o cumprimento das normas de segurança em obra;
- c.18. Observar o comportamento estrutural das obras durante o seu desenvolvimento;
- c.19. Controlar a aptidão profissional e o nível de comportamento da mão-de-obra interveniente;
- c.20. Participar na realização dos ensaios previstos no título contratual em colaboração com o empreiteiro, o autor do projeto e outras entidades especializadas;
- c.21. Apreciar e dar parecer sobre eventuais reclamações do empreiteiro ou de terceiros;
- c.22. Elaborar relatórios devidamente documentados sobre ocorrências verificadas no desenvolvimento dos trabalhos da empreitada;
- c.23. Participar na receção provisória e definitiva das obras;
- c.24. Verificação de projetos de execução em colaboração com o dono de obra;
- c.25. Participar no fecho de contas e análise das finais, elaborando relatórios de aceitação.
- c.26. Elaborar atas de reunião;
- c.27. Garantir a manutenção de registo de correspondência entre as diversas entidades envolvidas na execução da obra;
- c.28. Garantir a manutenção de registo de peças de projeto, em modelo a fornecer pela ARM, S.A. após a adjudicação, incluindo todas as alterações e reemissões eventualmente realizadas;
- c.29. Assegurar o controlo mensal de execução da obra e respetivos autos de medição, de acordo com os modelos a fornecer pela ARM, S.A. após adjudicação.

d) **À segurança** competirá controlar a segurança dos trabalhos em curso e contribuir para o seu elevado nível através de:



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- d.1. Apoio ao dono da obra na elaboração e atualização da comunicação prévia, recolhendo todas as informações e declarações necessárias;
- d.2. Apreçar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica;
- d.3. Analisar a adequabilidade da ficha de procedimentos de segurança e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas;
- d.4. Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção de riscos profissionais;
- d.5. Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condições existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo e no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;
- d.6. Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que daqui decorram influências na segurança e saúde no trabalho;
- d.7. Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;
- d.8. Registar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para cada obra;
- d.9. Assegurar que a entidade executante tome as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
- d.10. Realizar, mensalmente, sempre que necessário ou quando solicitado pelos responsáveis da ARM, S.A., relatórios descrevendo as condições de segurança e o cumprimento das regras estabelecidas;
- d.11. Efetuar inquéritos e análises pormenorizadas sobre todos os acidentes ocorridos, causa de danos humanos e/ou materiais. Elaborar notas informativas e disposições sobre as condições de segurança e saúde das obras;
- d.12. Inspeccionar o estaleiro das obras montado pelo empreiteiro e verificar o equipamento quanto à sua operacionalidade e segurança e o quadro de pessoal posto na obra, de acordo com o que for proposto pelo empreiteiro no plano de trabalhos;
- d.13. Controlar as condições de segurança dos trabalhadores, garantindo o cumprimento das normas de segurança em obra;
- d.14. Participação em reuniões mensais de segurança;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- d.15. Promover ações de informação a todos os intervenientes nas empreitadas sobre normas, métodos e regras de segurança. Implementar fichas de informação de segurança para os diversos trabalhos.

### Cláusula 32.<sup>a</sup> Apoio das especialidades

O apoio de especialidades será da responsabilidade do prestador de serviços devendo a sua coordenação ser feita pela equipa de fiscalização, da seguinte forma:

- a) A equipa de fiscalização em obra deverá elaborar pareceres sobre o projeto de execução ou partes dele efetuando uma análise qualitativa e quantitativa dos projetos, bem como propor soluções alternativas às que estão a ser implementadas em obra;
- b) Todos os processos construtivos deverão ser acompanhados por esta equipa de especialistas com base na informação recolhida em obra e, caso se revele necessário, deverão deslocar-se ao local de execução dos trabalhos para preparar, avaliar, diagnosticar e recomendar eventuais medidas corretivas e/ou preventivas de modo a garantir-se a boa qualidade técnica construtiva.

### Cláusula 33.<sup>a</sup> Ensaaios

1. O laboratório do empreiteiro responderá pela execução dos ensaios e testes de controlo dos trabalhos que não sejam efetuados em laboratórios especializados, ou não sejam colocados em obra já com certificação feita por laboratório homologado. Com tal finalidade poderão ser postos à disposição deste sector, as instalações e equipamentos necessários à execução dos ensaios tidos por convenientes.
2. O empreiteiro procederá também, na presença de representantes da fiscalização, às verificações e ensaios previstos nos regulamentos das diferentes especialidades que forem aplicáveis ou que no entender da fiscalização devam ser efetuados.

### Cláusula 34.<sup>a</sup> Prazos e condições de apresentação

No desenvolvimento do trabalho de coordenação de segurança e fiscalização deverão respeitar-se os seguintes prazos e condições de apresentação:

- a) Remedição completa de todos os trabalhos que constitui a empreitada no **prazo de 30 dias**, após assinatura do contrato;
- b) Os relatórios mensais sobre a situação da obra, deverão ser entregues no **primeiro dia útil de cada mês** em conformidade com os modelos fornecidos pela ARM, S.A., após a adjudicação;
- c) As notas técnicas, solicitadas pelo dono da obra, devem ser entregues no **prazo de 3 (três) dias**;



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- d) As atas de reunião deverão ser entregues no prazo de **2 (dois) dias úteis após a respetiva realização**, para análise e posterior assinatura de todos os intervenientes;
- e) As avaliações das situações mensais da obra, para efeito de pagamento ao empreiteiro, deverão ser feitas num prazo de **2 (dois) dias úteis após a sua receção**, e de acordo com os modelos fornecidos pela ARM, S.A., após adjudicação;
- f) Nos restantes casos, de acordo com calendarização estabelecida com o representante da ARM, S.A.;
- g) Em qualquer das situações e sempre que o Dono da Obra assim o determine, a coordenação de segurança e fiscalização apresentará três exemplares de todos os documentos técnicos produzidos, com a correspondente cópia em suporte digital (em formato a definir) bem como de um exemplar de todas as peças desenhadas (em formato *DWG*) que tiver de elaborar.

### Secção V Organização e meios do prestador de serviços

#### Cláusula 35.<sup>a</sup> Disposições gerais

1. Compete ao prestador de serviços o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito da coordenação de segurança e fiscalização e controlo da obra, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do prestador de serviços são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.

#### Cláusula 36.<sup>a</sup> Meios de organização

1. Compete ao prestador de serviços organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos e realizar as tarefas anteriormente descritas, a fim de garantir que a obra seja realizada com o máximo nível de qualidade, segurança e bem assim de acordo com os planos e programas estabelecidos.
2. O prestador de serviços deverá dar especial atenção à montagem e definição dos circuitos de informação necessários à realização de todas as suas ações.
3. É obrigação do prestador de serviços incluir na sua proposta organigramas funcionais adequados, bem como a descrição dos sistemas, ações e circuitos que adotará para recolha, tratamento e registo de informação.
4. O prestador de serviços deverá apresentar, para aprovação da ARM, S.A., os seguintes elementos:





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- a) Lista completa de todas as atividades em que se decompõe a obra para efeitos de planeamento e programação, tendo em conta os planos de trabalhos apresentados pelo empreiteiro. Esta lista deve apresentar um grau de desagregação superior ao da lista de artigos incluída no caderno de encargos relativo à empreitada;
  - b) Para cada atividade da lista acima referida, deverão ser indicadas as quantidades respetivas, bem como os consumos estimados de mão-de-obra e de materiais e de uso de equipamentos. Estes recursos (mão-de-obra, materiais e equipamento) deverão ser desagregados segundo o critério adotado nos planos de trabalhos do empreiteiro, salvo se houver determinação em contrário por parte da ARM, S.A.;
  - c) Para cada atividade referida nas alíneas anteriores, deverão também ser apresentadas estimativas de valores orçamentais adotando os preços unitários aprovados.
5. No âmbito das ações referidas no ponto 1 da presente cláusula deverá o prestador de serviços dispor de meios colocados em obra, que permitam o registo semanal de todos os dados necessários e suficientes à descrição dos trabalhos realizados, dos consumos efetivados e dos valores orçamentais acumulados. Estes meios serão utilizados com dois fins distintos e paralelos:
- a) Fornecer ao prestador de serviços a base de informação ao desenvolvimento das análises necessárias ao planeamento e à programação da obra, usando todos os meios complementares que entender convenientes;
  - b) Fornecer, à ARM, S.A., através do seu representante, cópia integral dos dados e elementos registados nos meios obrigatoriamente localizados na obra e constituir as bases de dados que a ARM, S.A. entender convenientes, as quais o prestador de serviços poderá também utilizar para desenvolver as análises de planeamento e controlo que julgar pertinentes.

### Cláusula 37.<sup>a</sup> Meios humanos

1. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do prestador de serviços são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
2. A constituição da equipa de pessoal do prestador de serviços, a colocar na obra, será a que melhor se adapte às necessidades de desenvolvimento das ações incluídas no âmbito da fiscalização e controlo e coordenação de segurança, integrando as categorias e classes profissionais que forem necessárias.
3. A equipa de fiscalização e coordenação de segurança deverá ser constituída, no mínimo, pelos técnicos e nos regimes de afetação seguintes (**valores mínimos**):
  - a) **1 Engenheiro Civil, Diretor de Fiscalização** com competências adequadas à obra em conformidade com o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua atual redação;
    - Taxa de ocupação ..... **50%**





ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

- b) **1 Técnico Fiscal de obra**, com competências adequadas à obra em conformidade com a legislação em vigor;
- Taxa de ocupação ..... **100%**
- c) **1 Coordenador de Segurança**. Com formação adequada à obra e devidamente certificado por entidade reconhecida (de acordo com o Decreto-Lei nº 42/2012 de 28 de agosto, na sua atual redação), nos termos da legislação em vigor sobre esta matéria;
- Taxa de ocupação ..... **20%**
4. Os regimes de afetação poderão ser alterados em função das reais necessidades da obra, não havendo lugar a qualquer indemnização.
5. Os meios humanos deverão ainda contemplar, em rubrica separada, todos os técnicos especialistas de apoio à equipa de fiscalização e coordenação de segurança (Apoio de Especialidades), em regime de afetação parcial, nomeadamente, com uma taxa de ocupação **mínima de 10%** para os elementos da equipa, devendo ser constituída no mínimo pelos seguintes técnicos:
- a) 1 Engenheiro Mecânico;
  - b) 1 Engenheiro Eletrotécnico;
  - c) 1 Equipa de topografia (um topógrafo e um auxiliar).
6. Nas reuniões com o Empreiteiro e a ARM, S.A., o prestador de serviços deverá ser representado, pelo Diretor de Fiscalização, podendo este último convocar os técnicos da equipa de fiscalização, que considerar necessários para assessorá-lo.
7. O cronograma de mobilização dos meios humanos a apresentar pelo prestador de serviços, incluirá todas as categorias e classes profissionais e o correspondente número de elementos que as constituem durante o tempo de execução da obra.
8. Para a elaboração do cronograma de mobilização do pessoal, o prestador de serviços deverá ter em atenção as atividades de construção que deverão ser fiscalizadas, os horários de trabalho e o plano de trabalhos da obra. O cronograma indicará e quantificará claramente os elementos do pessoal com carácter permanente (durante todo o tempo da obra) e os que, em virtude do ritmo de obra ou de eventuais desvios ao plano de trabalhos, venham a impor o seu reforço, ou pelo contrário a sua dispensa.
9. Sempre que por qualquer motivo, seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa que foi proposta pelo prestador de serviços, este submeterá de imediato à apreciação da ARM, S.A. a sua substituição por elementos da mesma categoria e classe profissional e experiência idêntica ou superior.
10. A especificação detalhada das diferentes funções e dos requisitos de cada uma das categorias e classes profissionais, considerando as indicadas em indicadas no ponto 3 e outras que o prestador de serviços considere de incluir na listagem, constitui obrigação deste, que as formulará e submeterá à aprovação da ARM, S.A. por intermédio do representante do dono de obra.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

11. Sempre que a ARM, S.A. ou o prestador de serviços entenderem como necessário proceder à alteração da listagem de categorias e classes ou das funções e requisitos de qualquer delas, o prestador de serviços deverá estudar e propor atempadamente as adaptações consideradas convenientes.

### **Cláusula 38.ª Meios materiais**

1. Todos os meios necessários ao cumprimento integral dos serviços de fiscalização a que o prestador de serviços se comprometerá contratualmente, nomeadamente, os meios necessários ao controlo e registo da qualidade e outros restantes dados técnicos da obra, topográficos, de controlo de produção, de transporte, e outros, serão da sua inteira responsabilidade, incluindo a sua eventual aquisição, manutenção e exploração dos referidos meios.
2. A indicação dos meios materiais mínimos, bem como a aceitação das suas características pela ARM, S.A., não desobriga o prestador de serviços de se apetrechar com o equipamento que for necessário em número suficiente, de modo a garantir uma boa qualidade de trabalho e a qualquer momento, reforçá-la.
3. O prestador de serviços disporá, para o funcionamento dos seus serviços, das instalações que a ARM, S.A. disporá na zona da obra e que se encontram descritas no caderno de encargos da empreitada. O equipamento, gastos de manutenção e exploração destes espaços são responsabilidade do prestador de serviços da presente prestação de serviços.
4. Todos os meios de transporte e estadia necessários para exercer a fiscalização e coordenação de segurança serão da responsabilidade do prestador de serviços, incluindo a exploração e manutenção dos respetivos meios de transporte. Os meios de transporte devem ser adequados e suficientes para as funções a que se destinam e ter características de acordo com as vias de comunicação a utilizar. Todas as despesas inerentes a transportes e eventual estadia da equipa de fiscalização e coordenação de segurança, incluindo eventuais custos ligados à atividade dos técnicos em regime de afetação parcial (apoio de especialidades), consideram-se incluídas na sua totalidade, na rubrica referente aos meios humanos.
5. Os equipamentos de topografia a utilizar pelo prestador de serviços deverão ter características adequadas às exigências do caderno de encargos da obra e serem em número suficiente para que os trabalhos se desenvolvam ao ritmo previsto no plano de trabalhos. A título indicativo destacam-se os seguintes:
  - a) Teodolito(s) com precisão angular de um segundo;
  - b) Distanciómetro(s) eletrónico(s);
  - c) Alvos com prumo ótico;
  - d) Níveis de precisão com micrómetro ótico e miras Invar (compatíveis).
6. Compete ao prestador de serviços a disponibilização no local da obra de meios informáticos e de telecomunicações adequados (móveis e fixos), incluindo consumíveis, que se consideram incluídos no preço da sua proposta.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS

7. O prestador de serviços utilizará meios próprios de cariz informático, de arquivo e de equipamentos adequados para digitalização e impressão, a cores, para formatos de papel até A3, sendo igualmente da sua responsabilidade assegurar os gastos de manutenção e de exploração dos equipamentos a disponibilizar pelo mesmo.
8. O prestador de serviços deverá também dispor de meios próprios de comunicação (telefónica e internet), que garantam comunicação permanente com a ARM, S.A. e Empreiteiro, sendo estes gastos da sua responsabilidade.
9. O prestador de serviços deverá utilizar material fotográfico digital adequado para o registo da evolução da empreitada, devendo estes ser fornecidos individualmente a cada elemento da equipa, de modo a poderem ser devidamente tratados informaticamente para transmissão de dados ou inclusão em relatórios diversos.
10. No caso da ARM, S.A. verificar que os meios utilizados pelo prestador de serviços são insuficientes ou inadequados à boa execução do contrato, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição, não podendo estes acarretar quaisquer encargos adicionais para o dono de obra.
11. O prestador de serviços deverá ter em conta na sua proposta, a utilização permanente de viaturas, para os técnicos da equipa da Fiscalização, de modo a fazer face ao número de frentes de trabalho da presente empreitada.
12. Compete ao prestador de serviços o fornecimento do equipamento de proteção individual (EPI) dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual terá de obedecer às normas em vigor sobre esta matéria.

### **Cláusula 39.<sup>a</sup> Disposições finais**

Após a assinatura do contrato será fornecida, pelo dono da obra, em formato digital o processo de concurso da empreitada, bem como o respetivo contrato da empreitada.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CADERNO DE ENCARGOS  
ANEXO I – PEÇAS DESENHADAS

## ANEXO I – PEÇAS DESENHADAS

Nseq	Número de Desenho	Nome da peça desenhada
1	1_06.0258-PE-TOP	PLANTA GERAL DAS INTERVENÇÕES REDE DE ADUÇÃO DE ÁGUA DO PORTO SANTO
2	2_06.0258-PE-TOP	PLANTA GERAL DAS INTERVENÇÕES REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO PORTO SANTO
3	3_06.0258-PE-TOP a 9_06.0258-PE-TOP	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO INTERVENÇÕES NA REDE DE ADUÇÃO DE ÁGUA DO PORTO SANTO INTERVENÇÃO 1, 2, 4 e 5
4	10_06.0258-PE-TOP a 19_06.0258-PE-TOP	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO INTERVENÇÕES NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO PORTO SANTO INTERVENÇÃO 6 A INTERVENÇÃO 9
5	41_06.0258-PE-TOP a 43_06.0258-PE-TOP	CÂMARA DE MANOBRAS DO RESERVATÓRIO DO LOMBO DO ATALHO - ALTERAÇÕES (INTERVENÇÃO 11) EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E CONDUTAS
6	44_06.0258-PE-HDR	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DA CENTRAL DESSALINIZADORA EXISTENTE E ALTERAÇÕES (INTERVENÇÃO 10) EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E CONDUTAS
7	45_06.0258-PE-HDR	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO BAR LAVRADOR EXISTENTE E ALTERAÇÕES (INTERVENÇÃO 12) EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E CONDUTAS

## **ANEXO II - CONFORMIDADE COM O RGPD - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

### **Introdução.**

#### **Definições no quadro do RGPD e da LPDP**

##### **1. NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

##### **2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO**

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

##### **3. SUBCONTRATANTE**

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

### **Cláusula 1ª**

#### **(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.

2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

### **Cláusula 2ª**

#### **(Responsável pelo tratamento e subcontratante)**

No âmbito do Contrato celebrado entre a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e o Cocontratante, ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. será a entidade responsável pelo tratamento e o Cocontratante será o SUBCONTRATANTE, de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

### **Cláusula 3ª**

#### **(Medidas técnicas e organizativas)**

O SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

### **Cláusula 4ª**

#### **(Sub-subcontratação)**

1. O SUBCONTRATANTE não está autorizado a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.
2. Existindo uma autorização geral por escrito, o SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à

substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.

3. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste Anexo Único, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

4. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.

5. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

### **Cláusula 5ª**

#### **(Termos de vinculação)**

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este Anexo Único.

### **Cláusula 6ª**

#### **(Circulação e transferência de dados pessoais)**

O SUBCONTRATANTE não está autorizado, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro



a que está sujeito, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

### **Cláusula 7ª**

#### **(Compromisso de confidencialidade)**

O SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

### **Cláusula 8ª**

#### **(Medidas de segurança)**

1. O SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
2. Entre outras, o SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:
  - a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;
  - b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
  - d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
3. O SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.

4. O SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.

#### **Cláusula 9ª**

##### **(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)**

1. O SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
2. O SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigado a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.
3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes ao Contrato, o SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.
4. O SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

#### **Cláusula 10ª**

##### **(Assistência à responsável pelo tratamento)**

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, o SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais,

quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

### **Cláusula 11ª**

#### **(Conservação dos dados)**

1. O SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.

2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, o SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

## **Cláusula 12ª**

### **(Dever de prestar informações)**

1. O SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em especial, o SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o Contrato ou este Anexo Único ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

## **Cláusula 13ª**

### **(Auditorias e inspeções)**

O SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito do Contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

## **Cláusula 14ª**

### **(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)**

O SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

## **Cláusula 15ª**

### **(Registos das atividades de tratamento)**

1. O SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.

2. Deste registo deverá constar:

- a) O nome e contactos do SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;
- b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;
- c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;
- d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.

3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.

4. O SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes, devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

#### **Cláusula 16ª**

##### **(Dever de cooperação)**

O SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

#### **Cláusula 17ª**

##### **(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)**

- 1. O SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.
- 2. Em caso de violação de dados pessoais, o SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas

após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.

4. A notificação referida deve, pelo menos:

a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;

b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;

c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;

d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pelo SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;

5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.

6. O SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

#### **Cláusula 18ª**

##### **(Responsabilidade e indemnizações)**

O SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

#### **Cláusula 19ª**

##### **(Gabinete de Proteção de Dados)**



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



## CADERNO DE ENCARGOS ANEXO II – RGPD

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, o SUBCONTRATANTE pode entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico [protecaodedados@arm.pt], descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta.

O Gabinete de Proteção de Dados do SUBCONTRATANTE pode ser contactado através do correio eletrónico a disponibilizar à ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.